

*Balancos Bibliográficos*

## **Ativismo alimentar e a politização da alimentação: perspectivas teórico-metodológicas em análise<sup>1</sup>**

**ID Arthur Saldanha dos Santos<sup>I</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-3452-8669>

**ID Felipe da Luz Colomé<sup>II</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-4282-3120>

DOI: [10.17666/bib10007/2024](https://doi.org/10.17666/bib10007/2024)

Submetido em: 09/06/2023

Ressubmetido em: 09/06/2023

Aceito em: 03/06/2024

### **Introdução**

Ativismo alimentar é um termo comumente utilizado para descrever formas, estratégias e expressão de ativismo ou algum outro tipo de contestação sobre a alimentação e seus impactos sociais e ambientais (Portilho; Micheletti, 2019). Não há consenso sobre qual seria a definição mais adequada para o termo, mas em geral se refere a atores estratégicos, coletivos, movimentos ou outras iniciativas que buscam problematizar a questão alimentar, seja em escala local ou global, como é o caso da promoção de dietas saudáveis, críticas à indústria alimentar, promoção de hábitos alimentares sustentáveis ou qualquer outra ação que envolva a politização das práticas alimentares (Halkier, 1999; Lien; Nerlich, 2004; Motta, 2021; Niederle; Schubert, 2020; Portilho, 2020).

---

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido no âmbito da pesquisa "Ativismos alimentares e politização da alimentação: uma análise comparada das interações entre movimentos sociais, mercados e políticas públicas nas regiões metropolitanas brasileiras". O projeto foi financiado pelo CNPQ por meio da Chamada nº 40/2022 - Linha 4B - Projetos em Rede - Políticas públicas para a inovação e para o desenvolvimento econômico.

<sup>I</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: [arthursaldanha.ufrgs@gmail.com](mailto:arthursaldanha.ufrgs@gmail.com)

<sup>II</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre (RS), Brasil. Bolsista de pós-doutorado (PDJ/CNPq) junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ). E-mail: [flcolome@hotmail.com](mailto:flcolome@hotmail.com)

Apesar do fato de que o campo dos estudos alimentares é diverso, composto, em grande parte, por reflexões sociológicas, políticas, antropológicas e interdisciplinares, é possível perceber que diferentes estudos têm apresentado um cenário de transformações significativas no setor agroalimentar, desde as suas esferas institucionais, chegando à esfera privada do cotidiano alimentar (Portilho, 2020). Os debates sobre o futuro alimentar, por exemplo, são cada vez mais incorporados às discussões sobre sustentabilidade e dinâmicas de consumo nas ações de iniciativas alimentares (Motta, 2021), já que as mudanças do sistema alimentar global precisam ser imediatas (Abramovay, 2021).

Nesses termos, a literatura tem analisado a atuação de diferentes iniciativas e atores, com ênfase para aqueles vinculados a inúmeras causas. Movimentos de justiça alimentar têm lutado contra desigualdades sociais no acesso aos alimentos saudáveis e sustentáveis, contribuindo para a redução de assimetrias alimentares (Borghoff Maia; Teixeira, 2021; Goodman; Dupuis; Goodman, 2012). Movimentos e coletivos veganos têm criticado frontalmente o consumo de produtos de origem animal, apontando para os desafios do sistema alimentar sustentável a partir das questões de direitos animais e antiespecismo, ambientais, de raça, classe e gênero (Colomé, 2018; Santos, 2022; Vilela, 2017). Celebridades e influenciadores têm trabalhado com a promoção de empresas e produtos alimentares nas mídias digitais, estimulando o consumo sustentável, saudável e justo, influenciando na recomendação de restaurantes e/ou aquisição de alimentos e bebidas ultraprocessados e insustentáveis (Boztepe; Berg, 2020; Dolejšová, 2020; Mann, 2020). O ativismo e as iniciativas alimentares utilizam diferentes estratégias e ações na promoção dos sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos, encontrando alternativas na inclusão produtiva, na formação de redes de solidariedade, na economia solidária, no cooperativismo e nas políticas públicas (Candel, 2022; Colomé; Mayer 2016; Niederle; Schubert, 2020; Niederle, Schneider; Cassol, 2021).

Nesse sentido, a literatura demonstra que promover os sistemas alimentares sustentáveis e justos é um desafio político, pois requer estratégias e ações de governança ampliadas e articuladas nos diferentes níveis políticos (Candel, 2022). Esse desafio aumenta ainda mais com a necessidade de considerar, na elaboração de determinadas políticas públicas, a participação social dos diferentes atores no sistema alimentar (Grisa; Porto, 2023). Além disso, a literatura sobre esse fenômeno destaca a importância de analisar a participação dos movimentos sociais e da sociedade civil na formulação de políticas alimentares, reconhecendo, portanto, que esses atores são peças importantes no sistema agroalimentar. Dessa forma, diferentes pesquisas têm demonstrado que é a partir de iniciativas promovidas por movimentos sociais e redes de produtores e consumidores que as pessoas são mobilizadas para agirem por meio do consumo em prol de diversas causas (Dubuisson-Quellier, 2009; Dubuisson-Quellier; Lamine; Le Velly, 2011; Portilho, 2020).

Como alternativa, na análise da participação social mais ampla nas mudanças sociais em torno da alimentação, alguns estudos têm relacionado ativismo alimentar com consumo político (Portilho, 2020; Portilho; Micheletti, 2019). Nessa ótica, os mercados são compreendidos como arenas de disputas políticas, nas quais os consumidores, movidos por orientações políticas, econômicas, sociais, éticas, estéticas ou culturais, buscam contestar determinadas práticas empresariais e institucionais ao longo do sistema alimentar (Stolle;

Micheletti, 2013). Recentemente, essa perspectiva tem se complexificado, incorporando em suas análises a atuação de diferentes atores nesse contexto, tais como movimentos sociais, organizações não governamentais, o Estado, as empresas e outras organizações do setor empresarial. Desse modo, movimentos de comércio justo, produção orgânica ou agroecológica, vegetarianismo, veganismo, entre outros, vêm sendo enquadrados nos estudos de ativismo alimentar e consumo político.

Essas iniciativas que vêm aquecendo e ampliando a agenda sobre a questão alimentar global não mudaram muito nos últimos anos. A diferença fundamental que levantamos como hipótese, no mesmo sentido da compreensão de Motta (2021), é que outras pautas foram somadas, diversificando o modo como os fenômenos alimentares podem ser compreendidos, discutidos ou até mesmo politizados.

Em linhas gerais, o *nosso objetivo com este texto é apresentar uma revisão bibliográfica sobre como movimentos sociais, iniciativas e atores no âmbito do ativismo alimentar têm sido investigados teórico-conceitual e metodologicamente na literatura sociológica.*

Em face disso, a estratégia adotada para a revisão bibliográfica foi, em uma primeira dimensão, a revisão de alguns estudos pioneiros que abordam diferentes experiências e movimentos que utilizaram a alimentação e as relações de consumo a ela vinculadas como um lócus de lutas políticas, de forma a demonstrar a historicidade do fenômeno e sua politização. Adicionalmente, o segundo momento foi dedicado ao estudo exploratório de produções relacionadas aos temas consumo político, politização da alimentação e ativismo alimentar, disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na área de conhecimento da sociologia<sup>2</sup>.

De modo central, em uma terceira dimensão, empregou-se a análise bibliométrica e descritiva em torno da noção ativismo alimentar dos últimos três anos (2020, 2021 e 2022), abordando esse conceito e suas vinculações política e de consumo. Para tanto, a base de dados utilizada foi a SciELO, que abrange uma compilação específica de periódicos científicos ibero-americanos. A seleção de publicações considerou descritores específicos (Ativismo Alimentar, Consumo Alimentar, Movimentos Alimentares, Politização da Alimentação, Consumo Político, Ativismo Alimentar e Sistemas Alimentares, Ativismo Alimentar e Produção Agrícola, Democracia Alimentar, Movimentos Sociais e Desigualdades Alimentares, Políticas Alimentares, Ativismo e Justiça Alimentar, Movimentos por Justiça Alimentar, Agroecologia e Ativismo Alimentar). Com base nesses descritores, foi identificado um total de 170 textos com diferentes enfoques temáticos. Desse total, 32 foram selecionados para análise aprofundada, visto que tais textos possuem enfoques específicos em torno do ativismo alimentar e do consumo político, buscando-se, assim, identificar estudos mais recentes sobre a temática, de forma a demonstrar a pluralidade que tem caracterizado tanto os objetos analisados quanto as perspectivas teórico-metodológicas mobilizadas.

---

<sup>2</sup> Especificamente, os dados foram sistematicamente organizados em descritores por ano, resultando em: 59 manuscritos publicados entre 2016 e 2018 utilizando o descritor "consumo político"; 219 trabalhos entre 2017 e 2023 para o descritor "ativismo"; 18 arquivos publicados entre 2014 e 2023 com o descritor "consumo alimentar"; e 17 contribuições identificadas entre 2013 e 2023, com o descritor "ativismo alimentar".

Conforme será discutido, os estudos recentes apontam para diferentes possibilidades interpretativas e para a necessidade de uma melhor delimitação e conceitualização do que é compreendido como ativismo alimentar.

De modo mais específico, apresentamos e discutimos o tema do ativismo alimentar e da politização da alimentação como ele tem sido conceituado, problematizado e operacionalizado no âmbito das ciências sociais, destacando alguns objetos empíricos enquadrados sob esses conceitos ou com abordagens relacionadas. Ademais, apresentamos e exploramos as produções mais recentes no campo dos estudos sobre ativismo alimentar e politização da alimentação, enfatizando aquelas perspectivas teórico-conceituais e metodológicas empregadas pela literatura sociológica dos últimos três anos (2020, 2021 e 2022).

Além desta introdução, o artigo está estruturado em outras três seções. A próxima sintetiza as principais reflexões e os apontamentos sobre a noção de ativismo alimentar, sinalizando suas interfaces com os estudos sobre consumo e politização da alimentação. Em seguida, apresentamos e discutimos algumas experiências empíricas investigadas recentemente a partir do aparato teórico-conceitual de ativismo alimentar e politização da alimentação. Finalmente, problematizamos a noção de ativismo alimentar usualmente adotada nas ciências sociais e sua confluência com o consumo político, a fim de fomentar uma nova agenda de pesquisa sobre a interseção entre alimentação e ativismo no Brasil.

### **A noção de ativismo alimentar: definições, críticas e apontamentos**

Conceituado de diferentes formas<sup>3</sup>, as temáticas do ativismo político no âmbito da comida e da alimentação têm sido abordadas nas ciências sociais, direta ou indiretamente, para a compreensão de um conjunto de problemas. Eles englobam desde questões relacionadas à segurança alimentar, à desigualdade social, à nutrição, às políticas para a agricultura, historicamente atreladas à atuação do Estado, chegando a questões como a intersecção de diferentes formas de preconceito, que culminam em uma distribuição desigual de alimentos entre diferentes grupos sociais. Abarcam, também, os riscos alimentares, a atuação de corporações no setor alimentar, a larga utilização de agrotóxicos para a produção de alimentos, a emergência de organismos geneticamente modificados no mercado alimentar e a exploração de animais para o consumo humano, entre outras questões que apontam para novas direções dos processos de politização da alimentação (Colomé, 2018; Counihan, 1999; Counihan; Siniscalchi, 2014; Lien; Nerlich, 2004; Murcott, 1988; Halkier, 2019; Lupton, 2020; Motta, 2021; Niederle; Schubert, 2020; Portilho, 2020; Portilho; Micheletti, 2019; Santos, 2022; Sassatelli, 2004).

Nesses termos, de acordo com Portilho (2020), é possível notar que esse tipo de ativismo tem sido entendido, pela literatura, como ativismo alimentar. O conceito designa as ações e discursos de pessoas e grupos que elaboram críticas ao sistema agroalimentar “visando torná-lo mais democrático, sustentável, saudável,

---

<sup>3</sup> É possível perceber, na literatura, diferentes noções e conceitos para analisar o ativismo político no âmbito do consumo e da alimentação, tais como consumo político, consumo político alimentar, políticas do consumo, políticas da alimentação e ativismo alimentar.

ético com relação aos animais não-humanos, de melhor qualidade, que valoriza receitas tradicionais e outros temas correlatos” (Portilho, 2020, p. 412). Contudo, de acordo com a autora, esse tipo de ativismo não é totalmente novo, tendo em vista a longa história da atuação de ativistas no campo da alimentação. Além disso, a autora destaca que esse tema tem sido muito pesquisado sem que os pesquisadores recorram à utilização do conceito.

Nesse sentido, é possível localizar, na literatura, diferentes noções e conceitos para analisar as distintas formas e estratégias pelas quais a alimentação e os processos correlatos ao consumo, produção e distribuição de alimentos têm sido um lócus para o ativismo político. Um exemplo disso pode ser localizado nas análises sobre o que seria uma das primeiras formas de protesto político envolvendo alimentos: a campanha de boicote contra o chá inglês, mais conhecida como Boston Tea Party em 1773 (Breen, 2004; Dubuisson-Quellier, 2009).

Tal campanha foi uma das mais célebres entre os protestos dos colonos norte-americanos contra as importações dos produtos britânicos justamente por mirar em um dos produtos alimentares mais importantes, tanto em termos simbólicos quanto em termos econômicos, no contexto da colonização inglesa da América do Norte. Foi analisada pela literatura a partir dos conceitos de consumo político e consumo crítico ou mesmo enquanto uma nova e inovadora tática de ação coletiva (Breen, 2004; Dubuisson-Quellier, 2009; Colomé; Mayer, 2016).

Em um sentido semelhante, é possível perceber o tratamento analítico para a compreensão das manifestações e lutas populares em torno do consumo e da alimentação realizado por Hilton (2003). Para o autor, é notável como as relações de consumo, com destaque para a alimentação, passam a ser politizadas no contexto inglês a partir do século XIX, constituindo-se como um lócus de lutas sociais. Esse é o caso, por exemplo, das lutas populares contrárias à Corn Law na Inglaterra. A Lei, vigente entre 1815 e 1846, proibia a importação de grãos para proteger os grandes proprietários rurais ingleses e foi alvo de massivas revoltas populares, visto que elevou consideravelmente o preço de um produto básico como o pão (Polanyi, 2001; Hilton, 2003). Em face disso, o autor salienta que na Inglaterra do período é possível identificar diferentes iniciativas<sup>4</sup> que passam a politizar o consumo e a alimentação, utilizando-os como estratégias de lutas políticas.

Desse modo, em conexão com os esforços que visavam equacionar problemas públicos relacionados à adulteração de alimentos, a politização do consumo e da alimentação vai ser vinculada com as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida, que passa a incluir o acesso a alimentos seguros e a preços justos. Dessa maneira, esse processo vai ensejar, com base em uma crítica que conecta as relações de produção às de consumo, a formação das primeiras experiências do cooperativismo por meio da criação de cooperativas de consumo. Tais cooperativas, sendo a experiência dos Pioneiros Equitativos de Rochdale a mais conhecida, buscavam adquirir produtos de forma coletiva, como alimentos a preços acessíveis, com uma dupla finalidade: proporcionar o acesso a produtos de boa qualidade para as famílias de trabalhadores pobres, e também envolver os cooperados diretamente na gestão dessas atividades comerciais (Trentmann, 2001; Hilton, 2003; Dubuisson-Quellier, 2009; Favreau, 2005).

---

<sup>4</sup> Como a Co-operative Wholesale Society (CWS) e a Co-operative Union.

De forma semelhante, é possível localizar diferentes esforços interpretativos sobre os processos de ativismo e politização do consumo e de alimentação a partir das noções de políticas do consumo (*politics of consumption*) e políticas da alimentação (*politics of food*). Assim, com base no estudo de diferentes experiências históricas, a literatura indica a disseminação de iniciativas que politizam o consumo e a alimentação no contexto europeu e norte-americano desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XX. Tais iniciativas, que se ampliaram desde então, visavam interferir tanto nos mercados quanto na própria atuação do estado, ou na sua falta (Dubuisson-Quellier, 2009; Lien; Nerlich, 2004; Powell, 2005).

No primeiro caso, principalmente por meio dos boicotes que se solidificam como resultado, tanto de uma acumulação das experiências prévias mencionadas quanto pela criação de organizações de consumidores que se utilizam dessa estratégia de ação. Além dessa estratégia, os *buycotts*<sup>5</sup> também passam a ser utilizados por tais organizações para incentivar os consumidores a adquirirem produtos, com destaque para alimentos, de empresas presentes em suas listagens<sup>6</sup> e, ao mesmo tempo, boicotar as empresas que estavam fora dessas listas. Já em relação à atuação do estado, a literatura indica o uso, principalmente por movimentos sociais, das estratégias de protesto e pressão para a criação de legislações. Esse é o caso, por exemplo, das estratégias empregadas por movimentos de consumidores para regular os mercados pela pressão para a criação de leis nesse sentido, como aquelas criadas para a regulação de estoques, o controle sanitário e de qualidade, bem como o estabelecimento de pesos e medidas para a comercialização de alimentos (Daunton; Hilton, 2001; McGovern, 2006).

Contemporaneamente, a literatura sobre a temática, principalmente aquela que discute os processos de politização do consumo, tem enfatizado que esse fenômeno envolveria mais tipos de pessoas e pautas relacionadas às questões globais, articuladas às questões privadas, em um movimento profundo que se relaciona a uma reconfiguração dos modos pelos quais a participação política pode ser realizada (Micheletti, 2003). Dessa forma, em grande medida, o escopo analítico comum parte da compreensão de que o consumo político (*political consumerism*) pode ser entendido como a utilização, por parte dos consumidores, do(s) mercado(s) como uma arena para a ação política na qual esses atores visam modificar práticas institucionais e de mercados percebidas como eticamente, ambientalmente ou politicamente reprováveis (Stolle; Micheletti, 2013).

Nesse sentido, é possível perceber que as diversas iniciativas contemporâneas que politizam<sup>7</sup> os processos relacionados à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos – tais como movimentos de comércio justo, *slow food*,

---

<sup>5</sup> Diferentemente dos boicotes (consumo negativo) que significam a negação dos consumidores em adquirir certos produtos como forma de protesto, por meio dos “*buycotts*” esses agentes buscam adquirir determinados produtos de modo a incentivar práticas de produção, distribuição e consumo consideradas mais justas e éticas ou ainda para incentivar e defender diferentes causas, como a causa ambiental.

<sup>6</sup> Esse é o caso da National Consumer League (Liga Nacional dos Consumidores), nos Estados Unidos da América (EUA), que promovia um tipo de listas brancas. Essas listas consistiam em uma listagem nacional das empresas que tratavam seus empregados de forma justa (McGovern, 2006).

<sup>7</sup> Nesse sentido, cabe destacar que a literatura sobre o tema utiliza uma definição mais ampliada de ação e participação política que não estaria baseada em uma oposição entre esfera pública e privada. Para mais informações, consultar Micheletti (2003) e Stolle, Hooghe e Micheletti (2005).

certificação de produtos orgânicos, iniciativas de consumo crítico e consciente, entre outros – passam a ser analisadas também sob a ótica do consumo político. Nesses termos, a literatura compreende que tais iniciativas e movimentos que questionam os padrões hegemônicos de produção, distribuição e consumo, com base em diferentes críticas que apontam para os problemas sociais, ambientais e políticos por eles gerados, materializam formas de contestação social e política que utilizam estratégias politizadoras do consumo e que enfatizam a agência dos consumidores (Clarke *et al.*, 2008; Colomé; Mayer, 2016; Gendron; Bisailon; Rance, 2009; Goodman, 2004; Le Velly, 2004; Portilho, 2005; Sassatelli, 2004; Stolle; Micheletti, 2013; Tanaka; Portilho, 2019; Wilkinson, 2007).

Em face disso, a despeito das críticas endereçadas tanto às limitações do poder de agência e influência dos consumidores quanto a um suposto caráter neoliberal presente em muitas dessas iniciativas, visto que estariam enfatizando a resolução de problemas públicos via mecanismos de mercado e negligenciando o papel do estado (Alkon; Guthman, 2019), é notável que tais iniciativas atuam como agentes que politizam as práticas e discursos sobre o consumo, com destaque para a alimentação (Dubuisson-Quellier, 2019).

Por outro lado, Halkier (2019) ressalta que o processo de politização do setor alimentar envolve muitos mais que um consumidor individual “genérico”, visto que é possível identificar diferentes atores e instituições envolvidos, como aqueles relacionados às cadeias de produção de alimentos, que congregam desde fornecedores de insumos básicos para os produtores de alimentos, os próprios produtores de alimentos, os fornecedores para o processamento de alimentos, os distribuidores, chegando ao varejo e à venda de alimentos em restaurantes. Dessa forma, essas cadeias de produção e distribuição de alimentos reúnem uma pluralidade de atores e arranjos produtivos, incluindo empresas globais e multinacionais, empresas nacionais e locais, produtores locais e de pequena escala e os consumidores no final da cadeia. Mas, além disso, ao longo dessa cadeia podem ser identificados dois tipos adicionais de atores envolvidos no setor alimentar: as agências e instituições públicas que regulam o setor e as organizações e os movimentos sociais que buscam influenciar e modificar as condições de produção e consumo de alimentos.

Nesses termos, é possível notar tanto uma convergência na literatura sobre o consumo político para pensar os processos de politização da alimentação e de ativismos relacionados quanto uma crítica a alguns de seus pressupostos que, dando mais atenção à figura do consumidor enquanto agente político no mercado, não deram o devido peso à atuação dos demais atores e instituições. Dessa maneira, seria possível questionar, por exemplo, como o consumo político e suas estratégias de ação têm sido utilizados por diferentes atores e iniciativas que contestam os padrões de produção, distribuição e consumo de alimentos vigentes no contexto contemporâneo, bem como questionar se e em que medida elas limitaram suas atuações.

Portilho (2020) sustenta que o ativismo alimentar pode ser compreendido a partir do seu alinhamento ao consumo político, tendo em vista o caráter complementar de ambos para os estudos alimentares. Em comum, essas noções apresentam os interesses e o contexto de ressurgimento de temas alimentares nos anos 1960, marcados pela intensa mobilização social em torno dessas pautas que foram se renovando, sendo motivadas pela valorização da origem dos alimentos,

pela gastronomização, pela urgência ambiental e climática e por preocupações com a saúde (Barbosa, 2009; Portilho, 2020).

É em sentido semelhante que Halkier (2019) utiliza a noção de consumo político alimentar para descrever e investigar quais atores e partes do setor alimentar estão mais associados com o consumo político. Dessa maneira, a partir da sua concordância com a compreensão que aponta para a vinculação histórica entre a alimentação e o consumo político, a autora investigou quais atores sociais têm sido mais associados com o consumo político de acordo com a literatura<sup>8</sup>, quais os temas no âmbito do consumo político alimentar são mais prevaletentes e como eles estão conectados a diferentes formas de consumo político.

Em rápida síntese, a autora aponta que, sem surpresas, o ator mais focalizado é o consumidor individual. Contudo, de acordo com a autora, é preciso notar que somente uma pequena parte dos estudos trata exclusivamente dos consumidores envolvidos no consumo político alimentar, sugerindo que a maior parte dos estudos parece reconhecer a complexidade das relações entre os diferentes atores e arranjos em termos de agência política. Já a segunda categoria mais prevalente nos estudos analisados diz respeito a três tipos de atores: varejistas do setor de alimentos; ativismo organizado; e entidades públicas reguladoras (Halkier, 2019).

Uma característica comum da maior parte das pesquisas que associam os atores varejistas ao consumo político alimentar é que os atores varejistas são colocados em relação a alguma forma de construção ou manutenção de alianças ou processos no setor de alimentos. Já em relação às pesquisas que associam o consumo político alimentar com diferentes tipos de ativismo organizado, Halkier (2019) aponta que uma parte da literatura é semelhante e se sobrepõe às pesquisas que focalizam a atuação de varejistas do setor de alimentos e outra parte focaliza no estudo de movimentos sociais no campo da alimentação, tais como o movimento de *slow food*, movimentos que defendem a agricultura local, de consumo de alimentos locais (locavorismo), entre outros. Por fim, com relação à regulação pública, a autora aponta para um certo consenso na literatura quanto ao último dos atores mais associados com o consumo político alimentar identificados nas pesquisas, focalizando a compreensão de como as responsabilidades e as estratégias das agências regulatórias públicas tendem a cruzar a tradicional divisão público-privado ou se espera que o façam.

Nesses termos, é possível perceber que a literatura de consumo político alimentar analisada pela autora tem avançado no sentido de reconhecer as limitações analíticas dos enfoques que conferem primazia ao consumidor individual, bem como tem realizado progressos para compreender a atuação dos outros atores presentes no setor alimentar. Em face disso, os estudos do consumo político alimentar, em sua diversidade, parecem concordar com o diagnóstico de que, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância dos consumidores e sua agência nos processos de politização do consumo alimentar, é preciso ir além e perceber que a atuação desses atores é dependente de um complexo

---

<sup>8</sup> A autora realizou o levantamento a partir da análise de artigos publicados em alguns dos principais periódicos sobre o tema: *Appetite*; *Food, Culture & Society*; *Food Policy*; *Journal of Consumer Culture*; *Journal of Consumer Policy*; e *International Journal of Consumer Studies*. Para mais informações, consultar Halkier (2019).

arranjo que congrega diferentes tipos de atores, em diferentes níveis e escalas do setor alimentar (Boström; Micheletti; Oosterveer, 2019).

Por outro lado, essa complexidade aponta para possíveis limitações teórico-metodológicas para a compreensão do fenômeno da politização e do ativismo político no âmbito da comida e da alimentação a partir de lentes analíticas do consumo político alimentar. Uma das limitações apontadas pela literatura diz respeito à compreensão da atuação de movimentos sociais e iniciativas de base comunitária. De acordo com Monticelli e Della Porta (2019), diferentes conceitos têm sido sugeridos dentro do campo do consumo político para analisar práticas sociais e econômicas coletivas de alguns movimentos emergentes, sendo perceptível, nos últimos anos, estudos que buscam compreender tais práticas a partir de uma aproximação com a literatura sobre movimentos sociais e ação coletiva. Não obstante, as autoras consideram que seria preciso ir além da conceituação convencional do consumo político, em especial para a compreensão dessas práticas envolvendo ações coletivas e ainda ressaltam a necessidade de um maior desenvolvimento teórico e metodológico.

Nesse sentido, poderia se questionar, por exemplo, se a compreensão do fenômeno da politização e do ativismo político no âmbito da comida e da alimentação a partir das formas básicas de ação do consumo político – a saber, o boicote, o *buycott*, as ações discursivas e comunicativas e aquelas relacionadas às políticas de estilos de vida (*lifestyle politics*) – não poderia limitar as análises sobre a atuação de atores como movimentos sociais no setor alimentar.

Nessa ótica, a análise dos repertórios de ação utilizados por movimentos sociais em sua atuação pode indicar uma maior diversidade das formas de ação empregadas para o ativismo político no âmbito da comida e da alimentação, visto que a maior parte dos movimentos sociais e das organizações que utilizam o consumo político utilizam uma mistura complexa de estratégias e táticas, sendo que algumas podem ser definidas dentro das suas formas básicas de ação, enquanto outras são parte dos repertórios clássicos da ação coletiva, como protestos de rua, campanhas públicas, petições, lobbies e desobediência civil (Dubuisson-Quellier, 2019).

Nesse sentido, alguns estudos, como é o caso da pesquisa de Dubuisson-Quellier, Lamine e Le Velly (2011), já investigaram como o consumo é um importante meio utilizado pelos movimentos alimentares alternativos em seu esforço para que os cidadãos sejam mais ativos na negociação das regulações econômicas. Para fazer isso, de acordo com os autores, esses movimentos constroem uma representação do consumidor que busca destacar seu poder (potencial) para interferir no quadro das regulações, bem como fornece a esses atores diferentes ferramentas para fazer as “escolhas certas”. O estudo dos autores, que analisou a atuação de três grupos<sup>9</sup> ativistas no âmbito dos movimentos alimentares alternativos na França, identificou as diferentes formas pelas quais eles buscam mobilizar consumidores nas negociações no sistema agroalimentar.

Nesses termos, a partir de uma perspectiva que parte das contribuições da chamada “virada” para o consumo (*consumption turn*) nos estudos

---

<sup>9</sup> Os três grupos estudados são: a Fédération Artisans du Monde (FADM), a Associations pour le Maintien d’une Agriculture Paysanne (AMAP) e a ConsoResp. Para mais informações, consultar Dubuisson-Quellier, Lamine e Le Velly (2011).

agroalimentares e que chega aos estudos sobre as ações coletivas e da sociologia econômica, a pesquisa apontou que as organizações estudadas focalizam a sua atuação em três principais campos de ação: educação do consumidor; implementação de formas alternativas de compra de alimentos; e a mobilização de consumidores por meio de campanhas de protesto. Em face disso, a pesquisa dos autores oferece boas reflexões e bons subsídios para compreender algumas das dimensões e limites<sup>10</sup> da atuação de movimentos alimentares que visam interferir no setor agroalimentar por meio de estratégias que politizam as relações de consumo e buscam engajar consumidores, como é o caso dos movimentos estudados que militam no campo do consumo responsável, do comércio justo e de contratos entre consumidores e produtores.

Em virtude do que foi discutido, é possível considerar que ainda falta uma definição suficientemente clara sobre o que podemos enquadrar sob a noção de ativismo alimentar em face do processo de politização da alimentação ser multifacetado e ser interpretado sob diferentes ângulos e perspectivas teórico-metodológicas, apesar dos diferentes esforços analíticos encontrados na literatura e dos avanços em uma compreensão mais matizada a partir da noção de consumo político alimentar, bem como com as contribuições oriundas, por exemplo, da literatura sobre ações coletivas e movimentos sociais, dos estudos rurais e da sociologia econômica.

Algumas tentativas de conceituação que buscam dar conta dessa pluralidade de atores e estratégias vinculadas ao ativismo alimentar contemporâneo podem ser identificadas na literatura. Esse é o caso da proposta conceitual de Schubert e Portilho (2023). De acordo com os autores, seria possível caracterizar o ativismo alimentar como:

[...] um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando a, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais. (Schubert e Portilho, 2023, p. 23)

Apesar do claro avanço analítico ao buscar caracterizar o ativismo alimentar tendo em conta essa pluralidade, como fica evidente na ideia de sua mobilização por atores em diferentes espectros políticos, a definição ainda carrega limitações em alguns sentidos. Uma primeira limitação pode ser relacionada a uma ampliação excessiva do conceito que pode abarcar uma infinidade de mobilizações, como aquelas que buscam modificar práticas agrícolas e comerciais. Apesar de diferentes estudos apontarem para a intersecção entre diferentes lutas, como é o

---

<sup>10</sup> De acordo com os autores, ao investigar as formas pelas quais os movimentos buscam engajar politicamente os consumidores, seria possível perceber alguns limites e problemas. Nesse processo, que poderia ser entendido como a tentativa de construção de uma nova cidadania alimentar - para substituir o papel do consumidor pelo do cidadão consumidor -, as complementaridades dessas duas posições (política e econômica) entre o consumidor e o cidadão apresentam alguns problemas, como é o caso de quando os grupos ativistas são confrontados com o fato de que a liberdade de escolha no mercado é irreduzível e pode se expressar nesses sistemas alternativos de uma forma que não é totalmente diferente dos sistemas convencionais (Dubuisson-Quellier, Lamine; Le velly, 2011).

caso daquelas que objetivam mudanças em práticas comerciais consideradas injustas e das lutas contra a produção e a comercialização de alimentos ultra-processados, nem sempre é possível enquadrá-las sob o mesmo conceito sem perder o seu poder explicativo que parece estar relacionado principalmente ao ativismo político que envolve a alimentação e a comida de forma mais direta. Uma segunda limitação diz respeito à noção de que o ativismo alimentar visaria, em alguma medida, transformar o sistema alimentar. Apesar de esse ser o caso para descrever a atuação de uma parte significativa, possivelmente a maior parte, dos atores envolvidos no ativismo alimentar, ele ainda deixa escapar a atuação daqueles atores que empregam esse tipo de ativismo contra mudanças no setor alimentar ou ainda dos casos históricos em que a comida foi utilizada politicamente em favor de causas conservadoras ou mesmo reacionárias.

Desse modo, retomando a noção de que o ativismo alimentar diz respeito a ações e discursos de pessoas e grupos que elaboram críticas ao sistema agroalimentar, cabe questionar se ele poderia ser empregado para analisar a atuação de atores que utilizam, por exemplo, discursos e ações não confrontativas de forma estratégica, grupos e organizações que podem ser enquadradas como contramovimentos<sup>11</sup> ou que se utilizam de estratégias do consumo político alimentar para a defesa de pautas nacionalistas, conservadoras ou reacionárias, ações de atores e organizações empresariais ou mesmo iniciativas e ações realizadas por atores estatais (Boström, Micheletti, Oosterveer, 2019; Dubuisson-Quellier, 2019; Lorenzini, 2022; Portilho, 2020; Stolle, Huissoud, 2019).

### **Possíveis caminhos para novos estudos do ativismo alimentar**

O panorama recente dos estudos sobre o ativismo alimentar e a politização da alimentação sinaliza a intercalação desses termos e, conseqüentemente, a persistência da ausência de um referencial analítico comum capaz de operacionalizá-los de maneira mais integrada à diversidade da realidade empírica. Para chegar a esse entendimento, além do que já foi discutido, tomamos também como base um conjunto de investigações (entre 2020 e 2022) debruçadas na compreensão de ativismo alimentar e politização da alimentação em sua pluralidade de formas e iniciativas, bem como nas mudanças sociais que são motivadas pela diversidade de atores e práticas alimentares (Counihan; Siniscalchi, 2014).

No cenário internacional, o debate político alimentar está imbuído de reflexões críticas sobre as desigualdades sociais e assimetrias de poder, democracia e justiça alimentar, sustentabilidade, politização do consumo, sistemas e ambientes alimentares, políticas alimentares, digitalização da alimentação, ativismos alimentares digitais, bem-estar e direitos animais, entre outros (Abramovay, 2020; Borghoff Maia; Teixeira, 2021; Candel, 2022; Grisa; Porto, 2023; Grisa *et al.*, 2022; Lewis, 2021; Lorenzini, 2022; Motta, 2021; Niederle; Schubert, 2020; Portilho, 2020).

Com relação a isso, podemos afirmar que o conjunto amplo de temas alimentares requer abordagens que possibilitem a compreensão das especificidades

---

<sup>11</sup> Termo aqui utilizado a partir do conceito de contramovimento definido por Silva (2018) para descrever a ascensão de forças conservadoras que se organizam contra mudanças sociais relacionadas às lutas de movimentos sociais no cenário brasileiro.

na investigação empírica. Nesse ponto de vista, investigações recentes têm se somado a outras abordagens exitosas e consolidadas nos estudos rurais, buscando compreender o potencial dos movimentos na promoção de mudanças e transformações dos sistemas alimentares, adotando diferentes abordagens na investigação empírica. Além disso, seguem mobilizando estratégias teórico-metodológicas oriundas, por exemplo, dos estudos sobre movimentos sociais, dos estudos sobre políticas públicas e instituições, dos estudos rurais, da sociologia econômica, entre outros.

Com a problematização da abordagem de escalas globais ou locais, Borghoff Maia e Teixeira (2021) adotam uma estratégia diferente no estudo do ativismo alimentar, investigando a Marcha das Margaridas, uma mobilização feminista no sistema agroalimentar brasileiro, buscando relacionar esse caso com outras iniciativas em níveis mais locais e globais. Esse movimento surgiu em 2000, com o foco em lutas contra desigualdades sociais nos sistemas agroalimentares, apresentando, ao longo dos anos de atuação, importantes conquistas em termos de políticas alimentares no país. O estudo tem um esforço central de mapear políticas públicas alimentares na América Latina, especificamente conquistadas com a Marcha das Margaridas, estimulando o processo de descolonização dos estudos alimentares enquanto campo de pesquisa. Além da abordagem teórica sobre sistemas e escalas agroalimentares, os autores consideram o caráter relacional e interdependente dos movimentos, considerando-os como categorias analíticas tal qual proposto nos estudos de movimentos sociais.

Motta (2021) defende que a diversidade de movimentos e iniciativas alimentares por meio de críticas sociais e politização têm apresentado dados significativos no âmbito dos estudos sociais da alimentação e apontado importantes agendas para a orientação de políticas alimentares. Ela analisa diversas vertentes de ativismo, mobilizações e estudos sobre desigualdades sociais vinculadas à alimentação, que geram transformação das relações alimentares e do sistema alimentar. Como proposta, as interseções com outras desigualdades sociais e que diversificam os movimentos e mobilizações alimentares ao se conectarem, podem ser investigadas a partir do conceito de “desigualdade alimentar interseccional” (Motta, 2021).

As lutas sociais por justiça e igualdade no acesso aos alimentos, que ocorrem por meio do ativismo alimentar, têm sido moldadas e potencializadas com as possibilidades das plataformas de mídias sociais em ampliarem as formas de se pensar a cultura alimentar. Mann (2020) aponta o estudo das mídias sociais como um caminho promissor no entendimento dos ativismos alimentares, principalmente na promoção das questões de justiça alimentar. A autora sinaliza que esse tipo de ativismo contra a insegurança alimentar pode contribuir na visibilização de grupos marginalizados, mas nem sempre pode resultar em inclusão satisfatória, tendo em vista a persistência das desigualdades digitais no acesso à internet. Como proposta, ela sinaliza a importância de trabalhar a noção de ativismo alimentar digital, partindo de uma melhor compreensão das maneiras pelas quais as desigualdades digitais e alimentares estão relacionadas.

Com a investigação de ativismo digital na luta por justiça alimentar, Santos (2022) utilizou a etnografia digital articulada aos estudos da sociologia digital e análise de conteúdo para compreender a atuação do Movimento Afro Vegano (MAV) na internet. O MAV surge no Brasil como uma alternativa de combate ao racismo e à elitização dentro do veganismo, buscando ampliar a defesa dos animais para a

defesa também dos humanos, sobretudo mulheres negras e pobres. Além disso, o movimento apresenta ações pontuais voltadas para a promoção dos sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e democráticos, estimulando o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar, boicote a determinadas marcas insustentáveis de ultraprocessados, priorizando produções da comunidade negra e estimulando o resgate da ancestralidade negra na produção e consumo dos alimentos. Em outras palavras, esse movimento tem problematizado a concepção de veganismo, lutando pelo fim da opressão humana e não humana de maneira articulada a outras ações, movimentos e iniciativas alimentares. Desse modo, o afroveganismo tem buscado destacar as múltiplas desigualdades sociais que persistem e afetam as minorias de maneira sobreposta no âmbito alimentar.

Boztepe e Berg (2020) apresentam uma reflexão sobre a incorporação de tecnologias digitais de alimentos nos modelos de negócios de empresas e como isso impacta nos corpos, no significado e na função dos alimentos, e na prática de comer dos usuários. Os autores utilizaram a análise crítica de conteúdo como estratégia na compreensão das tecnologias como produtos socioculturais resultantes dos interesses dos seus criadores. Os resultados apontam para táticas de negócios específicas empregadas por empresas para atrair e manter a fidelidade dos clientes, por conseguinte, influenciando nos comportamentos alimentares dessas pessoas. Para os autores, as empresas de tecnologia digital de alimentos supostamente promovem uma alimentação saudável para seus usuários, projetada como um ato funcional para otimizar o corpo como uma máquina, e, em contrapartida, exercem novos significados e novas maneiras de comer.

Com outro ponto de vista para tecnologias digitais de alimentos, Dolejšová (2020) analisa o setor de startups do Vale do Silício que apresentaram inovações na busca por soluções para um futuro alimentar sustentável, saudável, conveniente e divertido. Essas iniciativas surgiram como respostas tecnológicas aos problemas de insustentabilidade alimentar e desnutrição que afetam a alimentação global, configurando-se em tipos de estratégias para solucionar problemas por meio de algoritmos (Dolejšová, 2020). Com um estudo etnográfico de longo prazo na região do Vale do Silício, a autora percebeu que as empresas alimentares têm utilizado as tecnologias para promoverem a transformação alimentar. Essas inovações foram questionadas por estudiosos da alimentação e público leigo, tendo em vista a automação humano-alimento e a modificação das experiências dos consumidores com os alimentos - passando de alimentos sólidos convencionais para misturas em pó de macro e micronutrientes.

Essas abordagens, que passam a considerar a dimensão digital no debate alimentar, não apresentam uma definição conceitual precisa para ativismo alimentar, mas permitem refletir sobre as possíveis contribuições das mídias sociais na ampliação desse conceito. Um aspecto interessante a ser levado em consideração é a apropriação das tecnologias digitais na promoção alimentar por parte de grandes corporações alimentícias. Com maior vantagem econômica no acesso às tecnologias em comparação com movimentos sociais ou outras iniciativas alimentares em defesa dos alimentos saudáveis, sustentáveis e justos, essas corporações têm influenciado na escolha alimentar dos consumidores. Além disso, os estudos alimentares em ambientes digitais apresentam tanto variedades quanto combinações teórico-metodológicas que podem ser úteis nas investigações sobre ativismo alimentar e consumo político.

Lewis (2021) defende que relacionar alimentação com política é um exercício um tanto complexo em modelos mais convencionais de pesquisa e que se torna mais difícil ainda em plataformas de mídias sociais. Após a realização de uma etnografia digital, a autora percebeu que o engajamento e as formas de se relacionar no espaço midiático enfrentam o persistente desafio sobre o que compartilhar em espaços públicos e o que manter na esfera privada. Além disso, Lewis (2021) percebeu também que, nos estudos de ativismo alimentar digital, a articulação de ferramentas e estratégias de pesquisa é fundamental, não se restringindo à etnografia ou à raspagem de dados apenas. Ela retoma a definição de ativismo alimentar, considerando suas relações iniciais com as tecnologias digitais, cujo ativista alimentar era aquele indivíduo considerado uma figura pública, um tipo de chefe, comentarista gastronômico ou celebridade que se preocupava em promover a alimentação saudável. No entanto, essa compreensão foi ampliada e passou a considerar também o ativismo cívico de usuários e as ações contestatórias, como ocorre com as manifestações antiglobalização e as lutas por justiça alimentar.

Consequentemente, uma série de atores veio à tona no ativismo alimentar, que pode ser digital ou não (e também exercido de maneira mista), como agricultores, organizações, consumidores, movimentos sociais e outras tantas iniciativas alimentares. Os debates públicos de contestação política abriram novas possibilidades para o ativismo alimentar, conectando, organizando e ampliando a visibilidade das questões relacionadas às múltiplas formas de produzir, comercializar, acessar, preparar, comer e descartar os alimentos diariamente. Com isso, a noção de ativismo e política relacionada à alimentação passou a incluir comportamentos sociais que ocorrem também em ambientes digitais, como no controle do desperdício de alimentos por meio de aplicativos de conscientização, protestos contra o cultivo de transgênicos, ou a construção de coalizões de pais que buscam apoio para proibir produtos químicos e corantes artificiais na alimentação infantil (Lewis, 2021).

Já a pesquisa de Lorenzini (2022) busca distinguir as diferentes formas de participação política colocadas sob o rótulo de consumo político, incluindo o ativismo alimentar. Nesse sentido, a autora focaliza o caso do ativismo alimentar para pensar como ele transborda as formas de ação mais empregadas no âmbito do consumo político. Para a autora, o ativismo alimentar incluiria todas as formas de ação que visam transformar a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Para ela, o ativismo alimentar utiliza estratégias de consumo político e outras via mercado, mas vai além, visto que, em alguns casos, estabelece relacionamentos de longa duração entre produtores e consumidores, bem como emprega ações que visam contornar o mercado. Dessa forma, o ativismo alimentar inclui o consumo político, os movimentos e coletivos em torno da alimentação e o *lifestyle politics*.

Nesses termos, é possível observar que a autora parte de um conceito mais restrito de consumo político<sup>12</sup> para tentar chegar em uma concepção mais ampla de ativismo alimentar. Dessa forma, a autora busca analisar formas específicas de ativismo alimentar e o papel da economia e da sociedade, bem como o potencial

---

<sup>12</sup> A autora utiliza o conceito de consumo político para se referir somente ao uso do boicote e do *buycott* por razões políticas. Para mais detalhes, ver Lorenzini (2022).

transformativo dessa forma de ativismo. Para Lorenzini (2022), o principal lócus de atuação do ativismo alimentar, com base na atuação de coletivos<sup>13</sup> em causas alimentares (*food collectives*), é a busca de transformações na sociedade de forma geral, e o segundo lócus é o mercado.

Não obstante, os exemplos apresentados pela autora sobre a atuação desses coletivos, tais como iniciativas que estabelecem relações contratuais para pagamentos adiantados entre produtores e consumidores, formas de interações diretas entre produtores e consumidores com vistas à definição de qualidade, quantidade e tipos dos bens trocados e às formas participativas de etiquetagem e controle de qualidade, parecem apontar em uma direção oposta, visto que visam principalmente à transformação da atuação de atores no mercado e suas práticas, bem como estabelecem críticas às suas lógicas de funcionamento, buscando criar novas alternativas.

Além das pesquisas já citadas, as noções de ativismo alimentar e politização da alimentação têm sido articuladas para caracterizar o campo político alimentar do país, envolvendo uma ampla gama de atores, estratégias e experiências de mobilização. Algumas investigações recorrem aos estudos de movimentos sociais para entender melhor e enquadrar a noção de ativismo alimentar na realidade empírica (Motta, 2021; Borghoff Maia; Teixeira, 2021). Também é possível identificar pesquisas que discutem o fenômeno a partir das discussões sobre os processos de politização do consumo e da alimentação (Portilho, 2020; Colomé, 2020), enquanto outras se apoiam na utilização da Teoria das Práticas Sociais como estratégia teórico-conceitual para a compreensão das iniciativas alimentares (Portilho, 2020; Niederle; Schubert, 2020).

Com a utilização do Pragmatismo e da Teoria das Práticas Sociais, Niederle e Schubert (2020) analisam as práticas de restaurantes veganos e de consumidores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sinalizando que tais iniciativas são positivas na promoção da sustentabilidade do sistema alimentar (produção, distribuição e consumo de alimentos). O artigo considera que, apesar das diferenças, incertezas, tensões e disputas, houve uma convergência na unificação de repertório de ação e interesses entre alguns movimentos progressistas no sistema agroalimentar dos últimos anos. Essa convergência está na promoção dos sistemas alimentares sustentáveis, que tem sido priorizada, sobretudo, por iniciativas alimentares pautadas na questão agrária, agroecológica e de justiça alimentar. Provavelmente por não ser o objeto de análise na investigação, os autores não apresentaram uma definição para ativismo alimentar ou movimentos alimentares - nesse último caso, sinalizaram que a noção de movimentos veganos adotada na pesquisa partiu da Teoria dos Movimentos Sociais. No entanto, a produção contribuiu apontando que os movimentos alimentares, apesar de seguirem lógicas bem específicas em suas ações, tendem a se articular com outras iniciativas a partir dos interesses em comum, como é o caso da preocupação social com a promoção de sustentabilidade, saúde e justiça nos sistemas alimentares.

Como vimos na seção anterior, uma das formas de criticar o sistema alimentar e pressionar o Estado na direção de mudanças sociais integradas, mais democráticas e sustentáveis é por meio do consumo político (Portilho; Micheletti, 2019).

---

<sup>13</sup> Entendidos pela autora como "organizations or informal groups that bring together food consumers and producers to create alternative food chains" (Lorenzini, 2022, p. 222).

Ou seja, o enfoque do consumo político, nesse caso, é para o conjunto das análises críticas sobre os processos de produção, comercialização e consumo dos alimentos e bebidas, acrescentando ainda as reflexões sobre as implicações sociais e ambientais desse processo. É procurando compreender o papel do Estado, dos movimentos, das iniciativas alimentares e da sociedade civil, organizada nas transformações do sistema alimentar sustentável, justo e saudável, que os estudos mais recentes sobre consumo político e ativismo alimentar têm sido abordados em algumas investigações no Brasil.

É o caso da contribuição de Portilho (2020), que se utiliza do conceito de consumo político para interpretar os ativismos alimentares na América Latina. Com a proposta de análise do ativismo alimentar integrado ao consumo político alimentar, esse tipo de abordagem aproxima essas duas lentes de análise da alimentação, sinalizando que o principal ponto de convergência é a politização da comida e do comer. Desse modo, produção e consumo deixam de ser dimensões restritas às escolhas, preferências e custo-benefício dos alimentos e passam a compor as questões mais amplas, envolvendo política, ética, questão ambiental, direitos humanos, entre outros (Portilho, 2020).

Nesses termos, buscando caracterizar o ativismo alimentar no contexto brasileiro, a autora identifica duas gerações dessa forma de ativismo no país. A primeira é relacionada ao processo de politização da alimentação, tendo como característica principal as ações na esfera institucional do Estado e de ações filantrópicas e assistencialistas, bem como o predomínio de críticas éticas e demandas distributivas, como é o caso do combate à fome e à desnutrição, da distribuição e do acesso aos alimentos, da soberania e da segurança alimentar e nutricional e, ainda, do direito humano à alimentação. Já a segunda<sup>14</sup> geração se relaciona à politização da comida e do comer e inclui novos temas, atores e estratégias políticas, com tendência a uma convergência entre questões éticas e estéticas. Dessa forma, ela inclui a pauta ambiental e climática, as questões da sociobiodiversidade, as lutas no campo, como a reforma agrária, os riscos relacionados à produção convencional de alimentos, o bem-estar animal e questões ligadas à valorização do sabor, da sociabilidade e da cultura alimentar (Portilho, 2020).

Outro ponto relevante levantado pela autora é em relação às especificidades do ativismo alimentar no contexto latino-americano, que não privilegia a utilização de estratégias de ação via consumo político. De acordo com Portilho (2020), apesar da presença do consumo político nos repertórios de ação de movimentos e organizações que atuam no âmbito do ativismo alimentar, o consumo político não se configura como a principal estratégia dos ativismos alimentares da região. Dessa forma, esses movimentos focalizam suas ações no fortalecimento do poder regulatório do Estado no setor alimentar e na implementação de políticas públicas, bem como realizam esforços para não secundarizar o aspecto ético.

É também a partir das discussões sobre a politização do consumo e da alimentação que a pesquisa de Colomé (2020) aborda o fenômeno do veganismo. Buscando investigar os repertórios e as estratégias mobilizados pelos adeptos do veganismo no Brasil e Canadá, o autor parte da compreensão de que o ativismo vegano evidencia-se como um movimento de ideais plural, que parece

---

<sup>14</sup> De acordo com a autora, a segunda geração "caracteriza-se mais por uma ampliação do que por uma substituição do ideário anterior" (Portilho, 2020, p. 418).

materializar algumas das diferentes formas e estratégias pelas quais a mobilização e a intervenção social e política via consumo têm sido descritas pela literatura. A partir das análises realizadas, o autor identificou a articulação de diferentes repertórios via consumo para a defesa do veganismo, como é o caso do emprego das formas de ação relacionadas às políticas do estilo de vida (*lifestyle politics*), da utilização das estratégias de boicote e *buycott* e, ainda, de disseminação do veganismo por meio de redes sociais (presenciais e digitais).

Nesse sentido, o autor identificou que o veganismo, como um modo de vida, expressa um posicionamento político principalmente mediado pelas práticas relacionadas ao consumo alimentar. Dessa forma, o autor considera que a dimensão principal do engajamento no veganismo está relacionada à conversão a um modo de vida que materializa um posicionamento político baseado no princípio de não exploração animal e expressa um modo de engajamento que politiza as suas escolhas diárias de consumo, com ênfase para a alimentação, bem como está articulado com as estratégias de boicote e *buycott*. Em relação a tais estratégias, a primeira significa a exigência da rejeição ao consumo de qualquer produto ou serviço relacionado à exploração animal e a segunda significa a opção por produtos e serviços alinhados com os valores de não exploração animal. Além dessas estratégias, a pesquisa do autor identificou que o veganismo também implica uma atitude de intervenção no meio social no qual os atores estão inscritos, buscando divulgá-lo por meio de suas redes de sociabilidade (presenciais e digitais).

Outra perspectiva que merece ser incorporada ao entendimento de ativismo alimentar é o campo das políticas públicas. As mudanças nos padrões alimentares e nutricionais dos últimos anos, motivadas em grande parte por lutas de movimentos sociais e uma ampla variedade de atores organizados, impactaram na transformação dos sistemas alimentares sustentáveis. Entretanto, como já é conhecido na literatura recente de Sociologia Rural, estimular a transição para sistemas alimentares sustentáveis não é apenas uma tarefa exclusiva dos movimentos ou outras iniciativas alimentares, mas também, e sobretudo, deveria ser papel estratégico do Estado na resolução das graves e persistentes crises de insegurança alimentar e nutricional, ambiental e climática.

Entre as inúmeras possibilidades de atuação do Estado na promoção dos sistemas alimentares sustentáveis, destacam-se a construção de marcos legais e regulatórios do sistema alimentar, e o incentivo de formas alternativas de produção, comercialização e consumo voltados para a sustentabilidade, a saúde e a justiça alimentar (Portilho; Micheletti, 2019; Preiss, 2020; Preiss *et al.*, 2021). Além disso, para aquelas iniciativas que caminham no sentido oposto à solução da questão alimentar global e preocupação ambiental, cabe ao Estado proibir, investigar e regular tais ações, buscando reduzir as assimetrias alimentares (Motta, 2021).

Estimulados por fatores econômicos, sociais, ambientais, mas sobretudo políticos, os problemas de obesidade, fome e desnutrição voltaram ao cenário de muitos países como os latino-americanos, chamando a atenção para os problemas de saúde pública que são cada vez mais também globais (Abramovay, 2021; FAO *et al.*, 2018; 2020; Le Coq *et al.*, 2022). No entanto, como um caminho promissor para evitar a instauração desse cenário e a ampliação dos seus impactos, outros estudos sobre alimentação apontam e reforçam que as políticas alimentares voltadas para o estímulo da cooperação entre iniciativas locais, regionais e globais têm se mostrado promissoras na transformação dos sistemas alimentares

sustentáveis (Goodman; Dupuis; Goodman, 2018; Grisa; Porto, 2023; Grisa *et al.*, 2022; Motta, 2021).

Diante disso, compreender os ativismos alimentares como ações que são entrelaçadas pelo universo das políticas públicas é crucial (Candel, 2022). Em primeiro lugar, por permitir que o campo alimentar seja entendido como uma dimensão impulsionada, sobretudo, por ações coletivas e institucionalizadas (Portilho, 2020). Em segundo lugar, um caminho fundamental para promover mecanismos para a redução dos problemas alimentares e ambientais causados pela produção de alimentos é por meio das políticas públicas, que resultam da pressão e da articulação social da sociedade civil organizada. Já em terceiro lugar, o caráter político da alimentação e a ampla variedade de atores envolvidos sugerem que a definição de ativismo alimentar também deve dar conta das posições conservadoras e reacionárias em torno da alimentação.

Se, por um lado, é adequado considerar a participação de agricultores, cooperativas, programas, legislação, políticas, coletivos, atores estratégicos, movimentos, ações, iniciativas alimentares e do próprio Estado nas transformações dos sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos, por outro lado, as ações de grandes corporações alimentícias, movimentos, coletivos ou atores estratégicos com posicionamentos conservadores sobre o campo alimentar, também precisam ser incorporados à definição de ativismo alimentar. Isso se faz necessário, uma vez que movimentos democráticos têm surgido como uma alternativa de combate às ações de atores estratégicos ou outros movimentos mais conservadores em relação aos sistemas alimentares, como é o caso do Movimento Afro Vegano, mencionado anteriormente.

### **Considerações finais**

Conforme foi discutido ao longo do texto, mesmo com suas claras limitações, é possível observar que a temática focalizada é plural e comporta diferentes pontos de partida. De forma semelhante, é possível localizar na literatura analisada distintas perspectivas teórico-metodológicas dedicadas a analisar o fenômeno complexo e multifacetado que diz respeito ao ativismo alimentar e à politização da alimentação.

Dessa forma, pode-se localizar uma confluência de estudos que evidenciam as suas especificidades, visto que abordam a politização de hábitos corriqueiros, como os hábitos e as práticas alimentares, e o caracterizado como um processo histórico que têm utilizado os alimentos para estratégias de contestação social e política por parte de diferentes atores e iniciativas, como movimentos sociais, grupos de consumidores e organizações não governamentais.

Por outro ângulo, a literatura tem ressaltado que esse processo também congrega empresas e instituições estatais em um arranjo multinível que configura desde o papel do consumidor individual até o processo de regulação das trocas econômicas envolvendo alimentos e o estabelecimento de regulações para a sua comercialização e a criação de políticas públicas nesse setor.

A diversidade das categorias que compõem a noção de ativismo alimentar e politização da alimentação, ao mesmo tempo em que contribui para a ampliação dessas temáticas, também sinaliza a necessidade de maior delimitação teórico-conceitual e demarcação de diferenças a partir das características e formas

de ativismo e militância já estudados pela literatura sobre movimentos sociais, por exemplo. Nesses termos, deve-se reconhecer que importantes configurações foram remodeladas e têm impactado no exercício do ativismo político contemporâneo, sobretudo com o advento das tecnologias globais de informação e comunicação (TICS). Isso nos leva a acreditar na relevância de uma revisão sistemática sobre essas reconfigurações, de modo a incorporar, na análise, novas características, novas estruturas de mobilização e ainda categorias que emergiram no âmbito do ativismo alimentar, como *influencers*, celebridades, chefes de cozinha, blogueiros, entre outros.

Em vista dos casos apresentados e das variações na investigação da literatura sobre ativismo alimentar, destacamos que esse conceito vem exigindo cada vez mais uma definição precisa que consiga contemplar as variações/especificidades de cada realidade empírica, bem como a multiplicidade de agendas e atores envolvidos. Além do mais, os métodos e as técnicas utilizados na coleta de dados sobre ativismo alimentar precisam ser variados, articulados com outras estratégias de coleta e inserção em campo, bem como atender às diferentes experiências locais relacionadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Desafios para o sistema alimentar global. **Ciência e Cultura**, v. 73, n. 1, p. 53-57, 2021. <http://doi.org/10.21800/2317-66602021000100011>
- ALKON, A.; GUTHMAN, J. (eds.). **The new food activism: Opposition, cooperation, and collective action**. Oakland: University of California Press, 2019.
- BARBOSA, L. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K (orgs.). Juventude, consumo e educação. Porto Alegre: ESPM, 2009, p. 15-61.
- BORGHOFF MAIA, A. ; TEIXEIRA, M. A. Food movements, agrifood systems, and social change at the level of the national state: The Brazilian Marcha das Margaridas. **The Sociological Review**, v. 69, n. 3, p. 626-646, 2021. <https://doi.org/10.1177/00380261211009792>
- BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (eds.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- BOZTEPE, S.; BERG, M. Conected eating: servitising the human body through digital food technologies. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. (eds.). **Digital Food Cultures**. Nova York: Routledge, n.p, 2020.
- BREEN, T. H. **The marketplace of revolution: how consumer politics shaped American independence**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CANDEL, J. J. L. Power to the people? Food democracy initiatives contributions to democratic goods. **Agriculture and Human Values**, v. 39, p. 1477-1489, 2022. <https://doi.org/10.1007/s10460-022-10322-5>
- CLARKE, N. *et al.* The spaces and ethics of organic food. **Journal of Rural Studies**, v. 24, n. 3, p. 219-230, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2007.12.008>

- COLOMÉ, F. L. **Consumo, política e engajamento: uma análise sociológica do consumo contestatário vegano no Brasil e Canadá.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- COLOMÉ, F. L. A pluralidade dos repertórios e estratégias do consumo contestatário vegano: uma análise a partir do Brasil e Canadá. **Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS**, 2020. <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoNToiYToxOntzOjEwOiJ-JRF9BUIFVSZPIjtzOjQ6IjQ1ODUiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiM2VjY2U0O-GU5MzQ2YzdlYjM4Y2M2NjQxOWUxMmM5NWliO30%3D>
- COLOMÉ, F. L.; MAYER, R. Gramáticas da ação na economia solidária e a justificação das práticas de consumo. **Análise Social**, v. LI, n. 220, p. 566-597, 2016.
- COUNIHAN, C. M. **The anthropology of food and body: Gender, meaning, and power.** Nova York: Routledge, 1999.
- COUNIHAN, C. M.; SINISCALCHI, V. Food Activism. Agency, democracy and economy. Londres/Nova York: Bloomsbury Academic, 2014.
- DAUNTON, M.; HILTON, M. (orgs.). **The Politics of Consumption Material Culture and Citizenship in Europe and America.** Oxford: Berg, 2001.
- DOLEJŠOVÁ, M. From Silicon Valley to table: solving food problems by making food disappear. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. (eds.). **Digital Food Cultures.** Nova York: Routledge, n.p, 2020.
- DUBUISSON-QUELLIER, S. **La consommation engagée.** Paris: Presses de Sciences Po, 2009.
- DUBUISSON-QUELLIER, S. From Moral Concerns to Market Values: How Political Consumerism Shapes Markets. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (orgs.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism.** Oxford: Oxford University Press, 2019.
- DUBUISSON-QUELLIER, S.; LAMINE, C.; LE VELLY, R. Citizenship and consumption: Mobilisation in alternative food systems in France. **Sociologia Ruralis**, v. 51, n. 3, p. 304-323, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00540.x>
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2018.** Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. Roma: FAO, 2018.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020.** Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables. Roma: FAO, 2020.
- FAVREAU, L. **Qu'est-ce que l'économie sociale? Synthèse introductive.** Montreal: Université du Québec à Montréal, 2005.
- GALINDO, E. *et al.* Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. 2. ed.. Berlim: Food for Justice, 2021.
- GENDRON, C.; BISAILLON, V.; RANCE, A. I. O. The Institutionalization of Fair Trade: More than a Degraded Form of Social Action. **Journal of Business Ethics**, v. 86, n. 1, p. 63-79, 2009. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9758-4>

- GOODMAN, M. K. Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade foods. **Political Geography**, v. 23, n. 7, p. 891-915, 2004. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2004.05.013>
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. **Alternative food networks: knowledge, practice and politics**. Nova York: Routledge, 2012.
- GRISA, C.; PORTO, S. I. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **RESR-Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, e259390, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390pt>
- GRISA, C. et al. (orgs.). **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.
- HALKIER, B. Consequences of the politicization of consumption: the example of environmentally friendly consumption practices. **Journal of Environmental Policy and Planning**, v. 1, n. 1, p. 25-41, 1999.
- HALKIER, B. Political Food Consumerism between Mundane Routines and Organizational Alliance-Building. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (orgs.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2019. pp. 275-292.
- HILTON, M. **Consumerism in Twentieth-century Britain: the search for a historical movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LE COQ, J. F. et al. **Public policies and food systems in Latin America**. Versailles: Quae, 2022.
- LEWIS, T.. Food politics and the media in digital times: Researching household practices as forms of digital food activism. In: LEER, J.; KROGAGER, S. G. S. **Research Methods in Digital Food Studies**. Nova York: Routledge, 2021. pp. 99-112.
- LE VELLY, R. **Le commerce équitable : des échanges marchands contre le marché et dans le marché**. Tese (Doutorado em Sociologia ) - Université de Nantes, Nantes, 2004.
- LIEN, M. E.; NERLICH, B. **The politics of food**. Nova York: Berg Pub Limited, 2004.
- LORENZINI, J. Political consumerism and food activism. In: GRASSO, M. T.; GIUGNI, M. (eds.). **The Routledge handbook of environmental movements**. Nova York: Routledge, 2022. pp. 215-228.
- LUPTON, D. Understanding digital food cultures. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. (eds.). **Digital Food Cultures**. Nova York: Routledge, n.p, 2020.
- MANN, A. Are you local? Digital inclusion in participatory foodscapes. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. (eds.). **Digital Food Cultures**. Nova York: Routledge, n.p, 2020.
- MCGOVERN, C. **Sold American: Consumption and citizenship, 1890-1945**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- MONTICELLI, L.; DELLA PORTA, D. The Successes of Political Consumerism as a Social Movement. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (eds.). **The Oxford handbook of political consumerism**. Oxford: Oxford Handbooks, 2019. pp. 773-792.

- MOTTA, R. Social movements as agents of change: Fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life. **The Sociological Review**, v. 69, n. 3, p. 603-625, 2021. <https://doi.org/10.1177/003802612111009061>
- MICHELETTI, M. **Political virtue and shopping: individuals, consumerism, and collective action**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.
- MURCOTT, A. , Sociological and social anthropological approaches to food and eating. *In*: BOURNE, G. H (eds.) **World review of nutrition and dietetics, Sociological and medical aspects of nutrition**, Basel: Karger, 1998.pp.1-40.  
<https://doi.org/10.1159/000415556>
- NIEDERLE, P.; SCHUBERT, M. HOW does veganism contribute to shape sustainable food systems? Practices, meanings and identities of vegan restaurants in Porto Alegre, Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 304-313, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.06.021>
- NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. (orgs.). **Mercados Alimentares Digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.
- POLANYI, K. **Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.
- PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político - duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.
- PORTILHO, F.; MICHELETTI, M.. Politicizing Consumption in Latin America. *In*: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (eds.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2019. pp. 539-558.
- POWELL, M. **The politics of consumption in eighteenth-century Ireland**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.
- PREISS, P. Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. **Agriculture and Human Values**, v. 37, n. 3, p. 571-572. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10062-4>
- PREISS, P. *et al.* O Consumo Justo, Solidário e Sustentável no Mundo Digital: a experiência da Cooperativa GiraSol. *In*: NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. (orgs.). **Mercados Alimentares Digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. pp. 67-93.
- SANTOS, A. S. **Ativismos digitais do Movimento Afro Vegano: uma análise das narrativas performáticas nas mídias sociais**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- SASSATELLI, R. “The political morality of food”: Discourses, contestation and alternative consumption. *In*: HARVEY, M.; McMEEKIN, A.; WARDE, A. (orgs.). **Qualities of food**. Manchester: Manchester University Press, 2004. pp. 176-207.
- SILVA, M. K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, v. 17, n. 1, p. 88-111, 2018. <https://doi.org/10.1163/17683084-12341713>

- SCOTT, E. Healthism and veganism: discursive constructions of food and health in an online vegan community. *In*: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. (eds.). **Digital Food Cultures**. Nova York: Routledge, n.p, 2020.
- SCHUBERT, M.; PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. *In*: SCHUBERT, M.; TONIN, J.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Desafios e tendências da alimentação contemporânea consumo, mercados e ação pública**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. pp. 19-46.
- STOLLE, D.; MICHELETTI, M. Political consumerism: Global responsibility in action. Nova York: Cambridge University Press, 2013.
- STOLLE, D.; HOOGHE, M.; MICHELETTI, M. Politics in the supermarket: political consumerism as a form of political participation. **International Political Science Review**, v. 26, n. 3, p. 245-269, 2005. <https://doi.org/10.1177/0192512105053784>
- STOLLE, D.; HUISSOUD, L. Undemocratic Political Consumerism. *In*: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (eds.). **The Oxford handbook of political consumerism**. Oxford: Oxford Handbooks, 2019. pp. 625-642.
- TANAKA, J.; PORTILHO, F. Ambiguidades da politização do consumo: O caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Raízes**, v. 39, n. 2, p. 344-358, 2019. <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.114>
- TRENTMANN, F. Bread, Milk and Democracy: Consumption and Citizenship in Twentieth-Century Britain. *In*: DAUNTON, M; HILTON, M. (orgs.). **The Politics of Consumption Material Culture and Citizenship in Europe and America**. Oxford: Berg, 2001. pp. 129-164.
- VILELA, D. B. L. Consumo político e ativismo vegano: dilemas da politização do consumo na vida cotidiana. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 2, p. 353-377, 2017. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964722007>
- WILKINSON, J. Fair Trade: Dynamics and Dilemmas of a Market Oriented Global Social Movement. **Journal of Consumer Policy**, v. 30, n. 3, p. 219-239, 2007. <https://doi.org/10.1007/s10603-007-9036-3>

## Resumo

### **Ativismo alimentar e a politização da alimentação: Perspectivas teórico-metodológicas em análise**

Este artigo tem por objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre como os movimentos sociais, as iniciativas e os atores no âmbito do ativismo alimentar têm sido investigados teórico-conceitual e metodologicamente na literatura sociológica. Com isso, discutimos a noção de ativismo alimentar, apontando suas interfaces com a politização da alimentação. Para fins de análise, em um primeiro momento, o estudo retomou contribuições basilares na conceituação de ativismo alimentar e consumo político, levando em consideração os processos de conceituação, problematização e operacionalização. Já em um segundo momento, o enfoque analítico foi para as produções recentes (2020 a 2023), destacando alguns objetos empíricos enquadrados sob esses conceitos ou com abordagens relacionadas. Os resultados sustentam que essa temática está em ampliação e comporta diferentes pontos de partida, tratando-se de um fenômeno multifacetado com diversidade de atores, variação de instrumentos, técnicas, métodos, coleta de dados e inserção em campo.

**Palavras-chave:** *Ativismo alimentar; Politização da alimentação; Consumo político; Sistema alimentar.*

## Abstract

### **Food activism and the politicization of food: An analysis of theoretical and methodological perspectives**

This article is a bibliographic review on how social movements, initiatives and actors in the field of food activism have been theoretically, conceptually and methodologically investigated in Sociology Studies. We therefore analyze and discuss the notion of food activism, pointing out its interfaces with the politicization of food. Firstly, the study resumed basic contributions to the concepts of food activism and political consumerism considering the conceptualization, problematization, and operationalization processes. Secondly, we direct our analytical focus towards recent productions (2020 to 2023), highlighting some empirical objects framed under these concepts or with related approaches. Results show that food activism is expanding and includes different starting points, being a multifaceted phenomenon involving different actors, instruments, techniques, methods, data collection and field participation.

**Keyword:** *Food activism; Politicization of food; Political consumption; Food system.*

## Résumé

### **Activisme alimentaire et la politisation de l'alimentation : une analyse des perspectives théorico-méthodologiques**

Cet article est une revue bibliographique sur la façon dont les mouvements sociaux, les initiatives et les acteurs dans l'activisme alimentaire ont été étudiés théoriquement, conceptuellement et méthodologiquement par la Sociologie. Nous analysons et discutons donc de la notion d'activisme alimentaire en soulignant ses interfaces avec la politisation de l'alimentation. Tout d'abord, l'étude reprends les apports fondamentaux dans le concept d'activisme alimentaire et de consommation politique, en tenant compte des processus de conceptualisation, de problématisation et d'opérationnalisation. Ensuite, notre accent analytique est mis sur les productions récentes (2020 à 2023)

mettant en évidence certains objets empiriques encadrés sous ces concepts ou avec des approches connexes. Les résultats montrent que l'activisme alimentaire s'élargit et comprend différents points de départ, étant un phénomène à multiples facettes qui mobilise différents acteurs, instruments, techniques, méthodes, collecte de données et participation sur le terrain.

**Mots-clés:** *Activisme alimentaire; Politisation de l'alimentation; Consommation politique; Système alimentaire.*